

O CORPO DEFICIENTE NO CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Victor Relson Santos¹

Universidade Federal de Sergipe

Fabio Zoboli²

Universidade Federal de Sergipe

Na opinião de Le Prestre (2000, p. 67), “a política pública é, antes de tudo, o que o Estado no plano nacional, ou os Estados e atores internacionais, deles emanados, no plano internacional, fazem ou não fazem”. No presente texto, se considera que Políticas Públicas em Educação é o conjunto de princípios, de diretrizes e de ações estratégicas desenvolvidas pelos poderes públicos e pela iniciativa privada no objetivo da promoção e desenvolvimento da cultura educacional. A política educacional é prevista pela Constituição Federal e garante a educação a todos. A educação é dever do estado e direito do cidadão.

As políticas públicas se materializam por meio de leis, decretos, diretrizes, declarações, cartas, entre outros. Dentre as políticas públicas em educação temos políticas de Educação Física e as atuais políticas de inclusão que garantem a introdução das pessoas com deficiência no interior das escolas regulares.

Quando se fala em políticas públicas é também interessante conhecer um pouco da história da Educação Física escolar no Brasil. Este olhar se faz necessário, no sentido de percebermos que a Educação Física brasileira carregou na sua trajetória todo um bojo de várias políticas públicas fundamentadas basicamente em princípios de seleção – todo processo seletivo estabelece tensões que geram inclusão e exclusão.

¹ Graduando de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do grupo de Pesquisa CEMEFEL Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer de Sergipe na Linha de pesquisa “Educação Física, Inclusão e Diversidade”. vrelson@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe – UFS. zobolito@gmail.com

A Educação Física surge no Brasil colônia por volta de 1800, com o nome de ginástica. Ela nasce com um cunho higienista/militar, pois tinha na sua base, a medicina higiênica e eugênica. Em 1500 no Brasil viviam os índios, neste período chegaram os brancos colonizadores/invasores trazendo da Europa diferentes valores culturais. Com uma política de exploração, os brancos foram buscar na África a mão-de-obra negra para ser escravizada. Com os negros também chegou ao Brasil a cultura africana.

Com essas 03 raças – branco, vermelho e negro – convivendo num mesmo espaço, a corte precisava criar políticas para manter a pureza das raças porque a cor da pele era muito mais que uma identidade racial, era também signo de hierarquia. A Educação Física serviu para subsidiar políticas neste sentido. Além disso, a Educação Física higienista também foi importante na época para combater as epidemias/doenças de uma cidade que crescia com políticas de saneamento ainda mal planejadas e precárias.

Em 1851, a reforma Couto Feraz torna obrigatória a Educação Física nas escolas da corte, inclusive entre as meninas. Isso gerou desconforto, pois as práticas corporais eram consideradas como menor por pertencer aos escravos. Em relação aos meninos ela era justificável, pois servia como preparação para exercícios militares de guerra.

Em 1867 são publicados os estatutos higienistas da Educação Física intelectual e moral do soldado, que era também a base para a ginástica escolar (SOLLER, 2005).

Na corte, o médico assume várias competências perante a ginástica escolar, na inspeção e educação das crianças e jovens nas escolas. O médico era tutor do professor, sendo que este ministrava a aula nas instituições escolares. Havia todo um controle para se vigiar o professor, a fim de observar se o mesmo cumpria com o que lhe era tutelado. Visando melhorar a condição de vida da população, muitos médicos assumiram uma função higienista, buscando modificar os hábitos de saúde e higiene do povo.

Nesse sentido, Soares (2001, p.136) cita que:

Assim, a educação física, idealizada pelos médicos higienistas, teve por base as ciências biológicas, a moral burguesa e integrou de modo orgânico o conjunto de procedimentos disciplinares dos corpos e das

mentes, necessário à consecução da nova ordem capitalista em formação.

Nas décadas de 1920 e 1930 o militarismo se impregna mais fortemente na Educação Física escolar brasileira, e é em escolas militares que o professor de Educação Física passa então a ser formado. No Estado Novo (1937-1945), sob o comando de Getúlio Vargas, o governo já estende as políticas públicas com fins militares e cívicos não só para a área da Educação Física, mas para a educação e a sociedade de modo geral.

Em 1938, o decreto n. 21241, coloca o higienismo no seu auge ao proibir a matrícula de educandos com estado patológico para aulas de Educação Física nos cursos secundários. Em 1939, Waldemar Areno recomenda a esterilização tanto masculina como feminina das pessoas com deficiência (SOLLER, 2005).

Nas décadas posteriores, a Educação Física escolar começa a se desenvolver a partir de políticas públicas voltadas também ao esporte, e isso se inicia com muita força a partir dos anos de 1960. A finalidade da Educação Física na escola era agora o de formar atletas que pudessem subir ao pódio.

As aulas de Educação Física passam então a ser sessões de treinamento, e os alunos que não tinham habilidades para o desporto eram excluídos. Enfim, como ainda percebemos hoje, a Educação Física continua a excluir nas aulas de Educação Física centradas no desporto quando o foco é a formação de atletas.

Surgem então os anos de 1980, a tão ainda hoje lembrada “crise da Educação Física”. As preocupações pedagógicas e filosóficas “entram em campo”. Nascia uma Educação Física mais crítica em termos políticos, sociais e filosóficos, uma Educação Física mais humanizada e que não se prendia a técnica dos movimentos por si só, sem qualquer sentido no contexto escolar, mais que buscava nos movimentos da cultura corporal, problematizar e permear as mais variadas tensões humanas, evidenciando valores bem maiores que a busca desenfreada por grandes resultados, mais sim a formação de cidadãos críticos e conscientes.

O livro de João Paulo Subira Medina “A Educação Física cuida do corpo e mente” lançado no ano de 1983; o livro “Educação Física: ensino e mudanças” lançado em 1991, por Elenor Kunz e a obra “Metodologia do ensino da Educação Física”

elaborada a partir de um Coletivo de Autores em 1992 (Celi Taffarel, Valter Bracht, Lino Castelani Filho, Micheli Ortega, Carmem Lucia Soares e Elizabeth Varjal); foram livros que vieram apresentar uma Educação Física mais crítica, reflexiva, superadora e emancipatória. Esses e outros livros são ainda hoje ícones dessa época de crise, que culminou na inserção das ciências sociais e humanas na Educação Física.

Percebemos por meio desse breve histórico que a Educação Física quase sempre trabalhou com o corpo forte e saudável: o corpo raça pura – a partir do higienismo eugênico fundado em ideais higiênicos; com o corpo adestrado e forte – na formação dos soldados; e com o corpo que busca superar os limites do tempo e do espaço – na formação do atleta campeão. Contudo, a partir desse contexto onde padrões de corpos foram delineados, e até mesmo produzidos, o corpo não enquadrado nas perspectivas que lhe eram atribuídas, teve uma tendência a ser excluído.

Não estamos aqui afirmando que nunca houve na história da Educação Física professores preocupados em incluir e trabalhar com a diversidade em suas práxis escolares, nem que nunca na história da Educação Física houve professores preocupados com tais questões. No entanto, o que se percebe é que prevalece ainda hoje nas práxis da Educação Física escolar, o ideário de se trabalhar com corpos fortes e saudáveis, mesmo depois de tantos documentos com focos e garantias inclusivas.

Frente a isso lançamos alguns questionamentos: Como a Educação Física historicamente trabalhando com corpos saudáveis e fortes vai atender a urgências das políticas públicas inclusivas, que garantem a introdução das pessoas com deficiência no âmbito das escolas regulares? Em quais fundamentos precisa estar pautado o professor de Educação Física que almeja a inclusão de todos os diferentes corpos nos “campos e quadras” da Educação Física escolar?

Para refletirmos sobre essas tensivas, devemos ter em mente que a grande massa constituída por pessoas com deficiência, encontrava-se no interior das escolas segregadas, residências e as conhecidas escolas especiais, que nada mais eram que espaços preparados para atender as pessoas com deficiência, perdurando ainda com o paradigma de destaque do ser diferente do resto da sociedade. Deste modo, o professor de Educação Física inserido nas escolas regulares, pouco teve que se preocupar com alunos com deficiência, mesmo tende clareza que em algumas escolas regulares já

existiam alunos com algum tipo de deficiência. Entretanto, quase sempre excluídos das aulas de Educação Física.

Era uma fase de segregação, e foi propagada durante muito tempo, e o conceito de segregação só começou a ser desmistificado a partir dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que tinha como principal base a igualdade de oportunidade para todos, e no decorrer dessa história, nos anos 50 evidenciaram-se os movimentos constituídos por pais de pessoas com deficiência, em busca da garantia dos direitos de seus filhos. Entretanto, mesmo com grandes ganhos adquiridos por ações e idéias internacionais de mudança no modo de perceber as pessoas com deficiência e seus direitos de igualdade, ainda segundo Carvalho (2003), às pessoas com deficiência no imaginário social, estão como impedidas de desfrutar o pleno exercício da cidadania, pelo fato de suas limitações.

Por motivos como este então vai surgindo no Brasil, leis como a nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) que fala sobre a integração da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino; A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo V, que diz da Educação Especial e sua definição como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” E ainda, no inciso 3º do mesmo capítulo, garante a oferta de educação especial como um dever constitucional a ser cumprido pelo Estado, e que tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Entre tantos outros documentos assegurados por lei.

Na década de 1990 surge uma proposta de confrontar o desafio da diversidade, na Conferência Mundial de Educação para Todos, e no ano de 1994 é criada a Declaração de Salamanca, que propõe aos países signatários uma educação com atenção destinada para pessoas com necessidades educacionais especiais, evidenciando a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos (ARANHA, 2004); é um novo momento na história da pessoa com deficiência, novos contornos vão sendo moldados, e o trato com as pessoas com deficiência vai ganhando novos significados. Surge então com essa declaração o princípio fundamental da Escola Inclusiva que diz:

Todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (Declaração de Salamanca, 1994, p.5)

Com o surgimento da Escola Inclusiva, os espaços de Educação Especial que em um dado momento histórico, se configuraram como instituições de ensino paralelo, estão tendo que reformular seu trabalho, para servirem como suporte as escolas regulares. O ensino inclusivo gradativamente vem se moldando e o seu papel tem adquirido grande importância, pois a inclusão começa a ser aculturada, é claro que estamos ainda em fase inicial.

A razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais. Em contraste com as experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da idéia de que as diferenças são aceitas e respeitadas. (STAINBACK, 1999, P.26 e 27)

Em suma, o ensino inclusivo em sua primazia, não objetiva que as pessoas com deficiência desenvolvam destrezas sobre física, matemática, química, etc. Apesar de ser evidente que a educação inclusiva possibilita aos alunos maiores oportunidades e possibilidades de desenvolvimento e apreensão. A inclusão ensina ao aluno que possui algum tipo de deficiência e aos ditos “normais”, que todas as pessoas devem ser valorizadas de forma igualitária, independente de suas dificuldades e diferenças. Para Diniz e Vasconcelos (2004), o processo de educação inclusiva é embasado sobre o princípio de que todas as crianças devem aprender juntas, onde houver possibilidade, independente de suas dificuldades e das diferenças existentes entre as mesmas. O ensino inclusivo possui em seu arcabouço de possibilidades, o poder de disseminar uma cultura de convívio entre os ditos “normais”, e os alunos com deficiência. Quebrando estigmas, e colocando todos os indivíduos em contato faz com que se ampliem os padrões de sensibilidade e percepção frente aos diferentes e as diferenças.

Frente aos litígios do ensino inclusivo está o professor de Educação Física, com um novo desafio a ser superado, e com a obrigação de edificar suas aulas de forma mais inclusiva e cada vez menos restritivas, oportunizando assim, o aluno com deficiência a participar de suas aulas. É sem sombra de dúvida algo a ser milimetricamente planejado, principalmente se levarmos em conta o histórico da Educação Física, está que por muito tempo pautou-se sobre um viés biológico de corpos saudáveis, fortes e hábeis;

Como vimos acima, historicamente a Educação Física sempre esteve presa a um corpo pautado pelo viés biológico, e o corpo apto seria o corpo saudável, forte e hábil. A história do corpo deficiente também nos mostra, que o mesmo quase sempre foi marginalizado como corpo doente, fraco, e pouco hábil.

Ainda, percebemos que a Educação Física no âmbito das escolas regulares, pouco precisou preocupar-se com o corpo deficiente, pois o mesmo estava restrito aos âmbitos das escolas segregadas, e os poucos e remotos corpos deficientes que se faziam presente nas escolas ditas para “normais”, acabavam por serem excluídos ou se excluindo destas aulas, por não atenderem estes padrões de força, saúde, e habilidade.

O corpo deficiente é a prova viva literal, de como tratamos o que não é apto aos nossos padrões, para Marques (2001), existe uma forte tendência em se avaliar uma deficiência, unicamente sobre o prisma biológico. Sendo assim, precisamos urgentemente re-configurar as lentes com as quais olhamos o corpo. O corpo precisa ser visto na sua complexidade humana, precisam-se criar sensibilidades a fim de percebermos que o deficiente é apenas diferente, e que o peso que carrou historicamente nos ombros foi por ser vítima de uma ciência que o taxou como “falhado”, como um corpo defeituoso, “uma peça quebrada”.

O corpo deficiente é caracterizado restritivamente pela existência das deficiências sensoriais, motoras e intelectuais. Todavia, será que só é deficiente o surdo, o paraplégico e o autista? Sendo assim, a pessoa com obesidade mórbida, que não consegue caminhar um pouco mais rápido não possui deficiência? Um sujeito estigmatizado por sua cor ou opção sexual não sofre uma “deficiência social” que costuma estabelecer relações de poder as diferenças ao invés de respeitá-las. É neste sentido, que enfatizamos nossos pensamentos, pois quando observamos e restringimos algo ou alguém ao viés unicamente biológico, acabamos por contribuir e aumentar a discriminação.

Corpo deficiente, é corpo diferente, é dotar-se de dificuldades, é possuir unicidade, é verdadeiramente possuir necessidades especiais. Más afinal, será que existe algum corpo que não se submete a alguma destas características citadas anteriormente? Quem não é diferente? Quem não possui dificuldades? Quem não possui unicidade? E por fim, quem não possui necessidades especiais?

Sendo assim, fechamos esse capítulo com a citação de Trindade in Gracia (2002, p.87), que é um convite à pedagogia da diferença, uma pedagogia que:

Reconhece em cada ser humano, em cada corpo humano, a singular diferença que não se repete no Universo, logo reconhece a preciosidade de cada um e, por conhecer, acolhe, e por acolher, valoriza e, porque valoriza, compromete-se e, ao comprometer-se, afirma essa singular existência humana, esse corpo singular como potencialidade, infinita potencialidade. E porque acolhe viabiliza, afirma, promove, respeita, encanta-se e encontra-se, misturam-se e afetos, sonhos, produções e ações coletivas a favor da vida, em sua multiplicidade e infinitas possibilidades que se metamorfoseiam e se transformam a cada instante.

REFERÊNCIAS:

- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. A Fundamentação Filosófica.** v.1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- BRASIL. MEC. **Declaração de Salamanca.** Brasília, 1994.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação especial.** 3º ed. Rio de Janeiro: WVA, julho, 2003.
- DINIZ, Margareth; VASCONCELOS, Renata Nunes (Orgs.). **Pluralidade cultural e inclusão de professores e professoras.** 1. ed. Belo Horizonte, MG: Formato, 2004.
- LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm Acesso em 06 de agosto de 2009.
- LE PRESTRE, P. *Ecopolítica.* São Paulo: SENAC, 2000.
- MARQUES, L. P. **O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2001.
- SOARES, C. L. **Educação Física: raízes européias no Brasil.** 2 ed. Campinas/SP: Autores associados, 2001.

SOLLER, Reinaldo. **Educação Física inclusiva na escola**: em busca de uma escola plural. Rio de Janeiro: Sprint, 2005

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. Trad. Magda França Lopes. **Inclusão – Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TRINDADE, A. L. da. Do corpo da carência ao corpo da potência: desafios da docência. In GARCIA, L. G. (org). **O corpo que fala dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002, p. 65-88.